



Exército Português

LEGISLAÇÃO DE INTERESSE MILITAR

**Despacho n.º 173/CEME/2003
de 7 de Outubro**

Atento o novo modelo de Forças Armadas adoptado na Constituição da República e na Lei do Serviço Militar, assente no voluntariado em tempo de paz, o Exército de cariz profissionalizado que nele se consagra exige uma atenção redobrada na gestão dos recursos humanos disponíveis.

Nesse sentido, importa estabelecer critérios objectivos na colocação do pessoal pelas diferentes U/E/O, através de mecanismos reguladores que permitam uma maior justiça, equidade e transparência nas nomeações e colocações dos militares que prestam serviço militar efectivo nos regimes de voluntariado e de contrato.

Pretende-se, também, valorizar a dedicação pelo serviço, o esforço desenvolvido durante o período de instrução, o desempenho nas tarefas atribuídas, a participação nas unidades e missões de risco acrescido.

Para a consecução desse objectivo mostra-se conveniente introduzir os conceitos de Área Geográfica de Prestação de Serviço e Área Geográfica de Prestação de Serviço Preferencial, que se destinam a constituir um quadro de referência para que os militares em RV e RC possam, havendo cabimento orgânico, optar pelas zonas geográficas onde desejam prestar serviço.

Por último, e à semelhança do que se encontra estabelecido para os militares do Quadro Permanente, importa instituir uma matriz reguladora para que a prestação de serviço do pessoal em RV/RC se desenvolva harmoniosamente, de acordo com as suas expectativas e na prossecução dos interesses e objectivos do Exército.

Assim, e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 8.º da Lei n.º 111 /91, de 29 de Agosto, determino:

1 - São aprovadas as Normas de Nomeação e Colocação dos Militares em Regime de Voluntariado e de Contrato, publicadas em anexo ao presente despacho e que dele fazem parte integrante.

2 - As normas referidas no número anterior aplicam-se aos militares que ingressem nos regimes de voluntariado ou de contrato após a data da sua entrada em vigor.

3 - A aplicação das presentes normas aos militares que na mesma data se encontrem a prestar serviço no regime de contrato ocorrerá com a renovação do contrato.

4 - As normas aprovadas pelo presente despacho entram em vigor em 1 de Janeiro de 2004, ficando nessa data revogados todos os despachos proferidos no âmbito do Exército que contenham disposições contrárias.

Publique-se.

Lisboa, 7 de Outubro de 2003.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Luís Valença Pinto*, general.

Anexo ao Despacho N.º 173/Ceme/2003

PÁGINA EM BRANCO

Normas de Nomeação e Colocação dos Militares nos Regimes de Voluntariado e de Contrato

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objecto e âmbito de aplicação

1 - As presentes normas, adiante também designadas por NNCMRVC, estabelecem os procedimentos a adoptar na nomeação e colocação dos militares em RV ou RC nas unidades, estabelecimentos e órgãos (U/E/O) do Exército, de acordo com o disposto no Estatuto dos Militares das Forças Armadas, tendo como objectivo a satisfação de necessidades funcionais e considerando os efectivos autorizados definidos anualmente por despacho do CEME.

2 - As NNCMRVC aplicam-se a todos os militares em RV ou RC, independentemente da sua origem.

3 - Os militares oriundos do SEN ficam abrangidos pelas NNCMRVC a partir do momento em que declaram pretender aderir ao RV ou RC.

Artigo 2.º

Conceitos

1 - Para efeitos de aplicação das NNCMRVC, considera-se:

- a) Área Geográfica de Prestação de Serviço (AGPS) - a área dentro da qual estão instaladas uma ou mais U/E/O do Exército ou um ou mais destacamentos de U/E/O do Exército;
- b) Área Geográfica de Prestação de Serviço Excedentária num posto ou especialidade - aquela em que se verifica, num determinado momento, um número de preferências superior ao quantitativo definido nos efectivos autorizados;
- c) Área Geográfica de Prestação de Serviço Deficitária num posto ou especialidade - aquela em que se verifica, num determinado momento, um número de preferências inferior ao quantitativo definido nos efectivos autorizados;
- d) Área Geográfica de Prestação de Serviço Excedida num posto ou especialidade - aquela em que se verifica, num determinado momento, um número de militares colocados superior ao quantitativo definido nos efectivos autorizados;
- e) Área Geográfica de Prestação de Serviço Carente num posto ou especialidade - aquela em que se verifica, num determinado momento, um número de militares colocados inferior ao quantitativo definido nos efectivos autorizados;
- f) Área Geográfica de Prestação de Serviço Preferencial (AGPSP) - a AGPS em que o militar tem cabimento orgânico nos efectivos autorizados anualmente para cada U/E/O e declara preferir no acto de adesão ao RV ou RC (modelo de formulário de candidatura à prestação de serviço militar no regime de contrato e no regime de voluntariado);
- g) Período experimental - o tempo de serviço efectivo prestado durante a instrução militar inicial (instrução básica e instrução complementar, se aplicável);
- h) Especialidades excedidas num determinado posto - as especialidades em que, num determinado momento, se verifique um número de existências superior aos efectivos autorizados.

2 - As AGPS são as definidas no Anexo A das presentes normas.

3 - Os militares que durante o SEN pretendam aderir ao RV ou RC devem declarar a AGPSP em impresso próprio, cujo modelo consta do Anexo B das presentes normas.

Artigo 3.º

Tipos de colocação

A colocação dos militares em RV e RC compreende os seguintes tipos:

- a) Colocação inicial;
- b) Colocação efectiva;
- c) Diligência.

Artigo 4.º

Colocação inicial

1 - Entende-se por colocação inicial a colocação dos militares nas várias U/E/O após o período experimental.

2 - Com excepção dos casos previstos no n.º 1 do artigo 19.º, a colocação inicial tem a seguinte duração:

- a) Militares em RV que transitem para o RC: até ao termo do primeiro período do contrato;
- b) Militares em RC: 2 anos, correspondentes ao primeiro período do contrato.

Artigo 5.º

Colocação efectiva

1 - Entende-se por colocação efectiva a colocação dos militares em RC nas várias U/E/O após a colocação inicial.

2 - A colocação efectiva corresponde ao período de tempo subsequente de serviço efectivo em RC e será efectuada de acordo com os efectivos autorizados anualmente para cada U/E/O.

Artigo 6.º

Diligência

Entende-se por diligência a situação do militar que, por razões de serviço, exerça transitoriamente funções fora da U/E/O onde esteja colocado.

Artigo 7.º

Formas de colocação

1 - A colocação dos militares em RV/RC compreende as seguintes formas:

- a) Colocações normais;
- b) Colocações extraordinárias.

2 As colocações normais destinam-se a satisfazer necessidades previsíveis (vagas, colocações por motivo de promoção, por mudança de AGPS, etc.) e executar-se-ão no final do período experimental ou do facto gerador da colocação.

3 - As colocações extraordinárias são executadas de acordo com os despachos que as determinam e destinam-se a satisfazer necessidades:

- a) Imprevisíveis, que requeiram satisfação imediata;
- b) Decorrentes de motivos disciplinares, em obediência ao disposto no Regulamento de Disciplina Militar (RDM).

CAPÍTULO II
Colocações
SECÇÃO I
Princípios gerais, natureza e modalidades de colocação
Artigo 8.º
Princípios gerais

A colocação dos militares nas U/E/O é efectuada por nomeação e de acordo com os seguintes princípios gerais:

- a) Permanente disponibilidade para o serviço;
- b) Satisfação das necessidades de serviço (operacionais, instrução e administrativas, por esta ordem);
- c) Aproveitamento da capacidade funcional, avaliada em função da competência revelada e da experiência adquirida;
- d) Conciliação, na medida do possível, dos interesses pessoais com os do serviço.

Artigo 9.º
Natureza

A colocação dos militares contratados pode revestir, relativamente à sua AGPS, natureza preferencial ou provisória, consoante sejam colocados, respectivamente, em U/E/O da sua AGPSP ou fora da mesma.

Artigo 10.º
Modalidades de colocação

A colocação dos militares compreende as seguintes modalidades:

- a) Escolha;
- b) Oferecimento;
- c) Imposição.

Artigo 11.º
Colocação por escolha

1 - A colocação por escolha visa a satisfação das necessidades ou interesses do serviço e terá em conta as qualificações técnicas e qualidades pessoais do nomeado, bem como as exigências do cargo, funções ou tarefas a desempenhar.

2 - A nomeação por escolha tem carácter nominal, baseia-se ou não em proposta da entidade à qual o militar irá ficar subordinado e é da competência do Chefe do Estado-Maior do Exército, que a pode delegar no Ajudante-General do Exército.

Artigo 12.º
Colocação por oferecimento

1 - A colocação por oferecimento tem por base uma declaração do militar, na sequência de um convite, na qual manifesta a sua preferência de colocação.

2 - Os oferecimentos são válidos até se efectivarem as colocações a que se referem.

3 - O militar pode desistir do oferecimento desde que a sua colocação não tenha sido ainda efectuada pela entidade competente.

Artigo 13.º

Colocação por imposição de serviço

A colocação por imposição de serviço processa-se de acordo com o posto e a especialidade, em função de necessidades extraordinárias do serviço, e segundo os seguintes critérios:

- a) Para os militares que se encontram na situação de colocação inicial, a nomeação recai sobre os de menor antiguidade;
- b) Para os militares que se encontram na situação de colocação efectiva, a nomeação processa-se por escala, de entre os que tenham três ou mais anos de permanência na AGPSP.

Artigo 14.º

Responsabilidade pela colocação

1 - As colocações normais e extraordinárias efectuem-se:

- a) Para a satisfação das necessidades funcionais das U/E/O, de acordo com os efectivos autorizados aprovados anualmente;
- b) Por motivos disciplinares, de acordo com o estabelecido no RDM.

2 - As colocações são efectuadas pelo órgão de gestão do pessoal, nos termos dos poderes que lhe forem delegados pelo Chefe do Estado-Maior do Exército.

3 - Os comandantes das Regiões e Zonas Militares, do CTAT e do CMSM podem determinar colocações em diligência, desde que estas não impliquem a mudança de AGPS, observem o disposto nas presentes normas, não alterem nomeações por escolha e sejam referentes a U/E/O sob o seu comando completo.

4 - As colocações efectuadas ao abrigo do número anterior deverão ser imediatamente comunicadas ao órgão de gestão do pessoal do Exército.

SECÇÃO II

Colocação inicial

Artigo 15.º

Nomeação

A nomeação para a colocação inicial destina-se ao desempenho de funções inerentes à respectiva especialidade, sendo, preferencialmente, por ordem decrescente de prioridade, em unidades operacionais do Sistema de Forças do Exército, escolas práticas, centros de instrução e outras U/E/O.

Artigo 16.º

Processamento

1 - A escolha ocorre durante o período experimental, é confirmada após o mesmo e segue a seguinte tramitação:

- a) O órgão de gestão do pessoal do Exército envia aos centros de instrução, até ao termo da penúltima semana do período experimental, a confirmação das vagas destinadas a serem preenchidas pelos militares em RV ou RC que estejam em instrução em cada centro;

- b) Os militares declaram em impresso próprio, cujo modelo consta do Anexo C às presentes normas, três AGPS, por ordem de preferência, de acordo com as opções disponíveis;
- c) Os centros de instrução enviam ao órgão de gestão do pessoal as declarações referidas na alínea anterior;
- d) O órgão de gestão do pessoal procede à distribuição dos militares, em função do critério definido no artigo seguinte e da AGPSP.

2 - Os militares que durante o SEN pretendam aderir ao RV ou RC declaram em impresso próprio, cujo modelo consta do Anexo B às presentes normas, três AGPS, por ordem de preferência, de acordo com as opções disponíveis.

Artigo 17.º **Critérios**

O critério para a colocação inicial é o da antiguidade, de acordo com a nota do respectivo curso.

SECÇÃO III **Colocação efectiva** **Artigo 18.º** **Processamento**

1 - A colocação efectiva ocorre após a colocação inicial e tem por base a AGPSP escolhida, a qual é efectuada entre as AGPS em cuja ou cujas U/E/O tenham cabimento autorizado o posto e a especialidade do militar.

2 - A escolha de AGPSP ocorre no acto de adesão ao RV ou RC e segue a seguinte tramitação:

- a) O órgão de gestão do pessoal do Exército efectua a colocação efectiva dos militares em função das AGPSP declaradas e dos critérios definidos nas presentes normas;
- b) Se o militar não tiver vaga nas AGPSP que escolheu, em virtude de estas se encontrarem excedidas, fica a aguardar vaga em lista de espera, ordenada por tempo de serviço contado nos termos do artigo seguinte, a qual será actualizada de acordo com as necessidades do órgão de gestão do pessoal e estará disponível para consulta.

Artigo 19.º **Critérios**

1 - Aos militares colocados fora da sua AGPSP, a prestarem serviço na ZMA, ZMM, e nas U/E/O da área geográfica CMSM/Tancos, excluindo qualquer tipo de diligência, como, por exemplo, cursos ou participação em FND, é conferida colocação efectiva na AGPSP que lhe foi atribuída, após o cumprimento da colocação inicial, cuja duração é a seguinte:

a) ZMA e ZMM:

- (1) Militares em RV que transitem para o RC: até ao final do primeiro ano do primeiro período do contrato;
- (2) Militares em RC: um ano, correspondente ao primeiro ano do primeiro período do contrato.

b) CMSM/Tancos:

- (1) Militares em RV que transitem para o RC: até ao final do primeiro período do contrato;
- (2) Militares em RC: dois anos, correspondentes ao primeiro período do contrato.

2 - Para efeitos da contagem do tempo de serviço, cada missão em FND confere um aumento de seis meses e, em caso de igualdade, utiliza-se o critério da antiguidade.

3 - Os militares não abrangidos pelo n.º 1 são ordenados, após a escolha da sua AGPSP, segundo os critérios definidos no n.º 2, e a ordenação será actualizada de acordo com as necessidades do órgão de gestão do pessoal e estará disponível para consulta.

4 - No caso de o militar não ter sido ainda colocado na sua AGPSP, o mesmo é colocado nesta após o cumprimento de três anos de serviço militar, excluindo qualquer diligência.

Artigo 20.º

Alteração da Área Geográfica de Prestação de Serviço Preferencial

1 - A AGPSP pode ser alterada a pedido do militar, mediante requerimento, preferencialmente quando da renovação do contrato.

2 - Em caso de deferimento, o militar aguardará na U/E/O em que se encontra a primeira oportunidade de efectivação de mudança para a sua nova AGPSP, de acordo com as vagas e os critérios definidos.

3 - A mudança de AGPSP por imposição de serviço ocorre quando o militar deixa de ter cabimento na mesma e é accionada pelo órgão de gestão do pessoal, que, para esse efeito, deve proceder à notificação do militar para que escolha uma nova AGPSP.

Artigo 21.º

Re-selecção

O militar em RV ou RC pode ser re-seleccionado noutra especialidade se obtiver qualificações (por iniciativa própria ou interesse da instituição militar) que, atentos os interesses do serviço, aconselhem a re-selecção, ou quando ocorra a extinção de especialidades ou a existência de especialidades excedidas.

CAPÍTULO III

Planeamento e execução das colocações

Artigo 22.º

Planeamento das colocações

O planeamento das vagas correspondentes à colocação inicial e à colocação efectiva é da competência do órgão de gestão do pessoal do Exército.

Artigo 23.º

Colocação de militares de U/E/O a extinguir ou a desactivar

Ocorrendo a extinção ou a desactivação da U/E/O, o militar será colocado noutra U/E/O da mesma AGPS, desde que exista vaga, e, não havendo outra U/E/O, o militar terá que escolher uma nova AGPSP.

Artigo 24.º

Colocação de militares de U/E/O a transferir

1 - Se a U/E/O for transferida no âmbito da mesma AGPS e continuar a existir vaga na mesma para o posto e a especialidade do militar, este acompanhará a U/E/O.

2 - Se a U/E/O for transferida para outra AGPS e continuar a existir vaga para o militar na mesma, este poderá solicitar a mudança da sua AGPSP, nos termos das presentes normas.

3 - Na situação prevista no número anterior, se o militar não solicitar a mudança da sua AGPSP, o mesmo será colocado noutra U/E/O, desde que se verifique a existência de vaga para o seu posto e especialidade, de acordo com o cabimento orgânico nos efectivos autorizados.

4 - Não existindo outra U/E/O na qual o militar tenha cabimento orgânico, este deverá escolher uma nova AGPSP.

Artigo 25.º

Colocação de militares re-seleccionados

A colocação dos militares re-seleccionados efectua-se nos termos seguintes:

- a) Existindo vaga para o militar na sua U/E/O de acordo com a nova especialidade, mantém a colocação;
- b) Não existindo vaga na U/E/O, o militar será colocado em outra U/E/O da sua AGPSP, na qual se verifique a existência de vaga para o seu posto e especialidade, de acordo com o cabimento orgânico nos efectivos autorizados;
- c) Não existindo vaga em U/E/O da AGPSP, embora continue a ter cabimento orgânico, o militar poderá ser colocado em U/E/O de outra AGPS, ficando a aguardar colocação na AGPSP;
- d) Se o militar deixar de ter cabimento orgânico na AGPSP, o mesmo deverá escolher uma nova AGPSP.

Artigo 26.º

Colocação de militares de especialidades excedidas ou extintas

1 - Aos militares cuja especialidade se mostre excedida ou seja extinta e que sejam re-seleccionados noutra especialidade aplicar-se-ão os critérios definidos no artigo anterior.

2 - Os militares que, por sua vontade, não sejam re-seleccionados noutras especialidades, manter-se-ão ao serviço até ao termo do respectivo contrato, que não será prorrogado.

3 - O critério a aplicar aos militares referidos no número anterior é o da antiguidade, com início nos mais modernos.

CAPÍTULO IV

Cursos e Estágios em Portugal ou no Estrangeiro e Comissões no Estrangeiro

Artigo 27.º

Âmbito de aplicação

Para efeitos da aplicação das presentes normas, apenas são considerados os cursos e estágios e as comissões no estrangeiro de duração igual ou superior a noventa dias.

Artigo 28.º

Cursos e estágios no estrangeiro

Os cursos e estágios a frequentar no território nacional ou no estrangeiro, tendo em vista o desempenho futuro de funções específicas, implicam a prévia comunicação ao Comando da Instrução, especificando a finalidade e o período de tempo de colocação obrigatória e a U/E/O de colocação obrigatória após a frequência dos mesmos.

Artigo 29.º
Comissões militares no estrangeiro

A participação dos militares em RV ou RC em missões no estrangeiro processa-se segundo a sua disponibilização voluntária e tem influência na colocação futura do militar, nos termos definidos nas presentes normas.

CAPÍTULO V
Serviço em Organismos fora do Exército
Artigo 30.º
Regime aplicável

1 - A nomeação e prestação de serviço em organismos não dependentes do Exército rege-se pelo disposto nas presentes normas, sem prejuízo do que especialmente se encontrar previsto nos respectivos diplomas orgânicos, só podendo ocorrer após o período experimental e mediante requisição dirigida ao CEME pelo organismo interessado.

2 - A requisição a que se refere o número anterior pode ser nominal ou quantitativa.

3 - Se houver necessidade de recorrer a nomeações por imposição de serviço, esta incidirá, prioritariamente, nos militares da respectiva AGPSP.

CAPÍTULO VI
Disposições Finais
Artigo 31.º
Interpretação e aplicação

As dúvidas de interpretação e aplicação das presentes normas serão resolvidas por despacho do Ajudante-General do Exército.

Artigo 32.º
Revisão

1 - As presentes normas serão obrigatoriamente revistas em Janeiro de 2005.

2 - Ocorrendo a alteração do disposto no n.º 1 do artigo 19.º, a mesma será efectuada sem prejuízo da situação dos militares que se encontrem abrangidos pela redacção que agora foi dada a essa norma.

Anexo A - (ÁREAS GEOGRÁFICAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO) às NNCMRVC

Áreas Geográficas de Prestação de Serviço	DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA*
ABRANTES	Cidade de ABRANTES
ANGRA DO HEROÍSMO	Cidade de ANGRA DO HEROÍSMO incluindo o RG1
AVEIRO	Cidade de AVEIRO, incluindo a AMSJ
BEJA	Cidade de BEJA
BENAVENTE	Vila de BENAVENTE
BRAGA	Cidade de BRAGA
CALDAS DA RAÍNHA	Cidade de CALDAS DA RAÍNHA
CASTELO BRANCO	Cidade de CASTELO BRANCO
CHAVES	Cidade de CHAVES
COIMBRA	Cidade de COIMBRA
ELVAS	Cidade de ELVAS
ENTRONCAMENTO	Cidade do ENTRONCAMENTO
ESPINHO	Cidade de ESPINHO
ESTREMOZ	Cidade de ESTREMOZ
ÉVORA	Cidade de ÉVORA
FARO	Cidade de FARO
FIGUEIRA DA FOZ	Cidade da FIGUEIRA DA FOZ
FUNCHAL	Cidade de FUNCHAL
HORTA	Cidade da Horta
LAMEGO	Cidade de LAMEGO, incluindo a aldeia de PENUDE e o aquartelamento da CRUZ ALTA
LEIRIA	Cidade de LEIRIA
LISBOA	Zona delimitada pela linha CASCAIS, SINTRA, GRANJA DO MARQUÊS, LOURES, VILA FRANCA DE XIRA, ALCOCHETE (Campo de Tiro), COITA, COINA, COSTA DA CAPARICA, CASCAIS.
MAFRA	Vila de MAFRA, incluindo a Estação CF e ERICEIRA.
PONTA DELGADA	Cidade de PONTA DELGADA
PORTO	Zona delimitada pela linha PERAFITA, MOREIRA, MAIA, ALFENA VALONGO, GONDOMAR, AVINTES, MOURA, GRANJA, PERAFITA.
Porto Santo	Cidade Porto Santo
PÓVOA DO VARZIM	Cidade de PÓVOA DO VARZIM
SANTA MARGARIDA	Vila de CONSTÂNCIA, incluindo o CMSM
SANTARÉM	Cidade de SANTARÉM
TANCOS	Vila de VILA NOVA DA BARQUINHA, incluindo o Polígono de TANCOS
TOMAR	Cidade de TOMAR
VENDAS NOVAS	Cidade de VENDAS NOVAS
VILA DO PORTO	Vila do PORTO
VILA REAL	Cidade de VILA REAL
VISEU	Cidade de VISEU

* Considera-se a linha da periferia das localidades e os limites toponímicos para a delimitação das AGPS

Anexo B — (MODELO DE DECLARAÇÃO DA AGPSP E DA COLOCAÇÃO INICIAL - MILITARES EM SEN QUE PRETENDAM INGRESSAR NO RV/RC) às NNCMRVC**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS**RM ____
UEO ____

De:	Referências:	VISTO
Para:		O CMDT/DIR/CHEFE
P/C:		_____ _____

Assunto: MILITAR EM SEN - INGRESSO EM RV/RC**1. IDENTIFICAÇÃO**

POSTO

NIM

NOME

TURNO

ESPECIALIDADE (cód/designação)

UEO COLOCAÇÃO

DILIGÊNCIA EM

2. PRETENSÃO

- a. REGIME (RV/RC)
- b. AGPSP
- c. COLOCAÇÃO INICIAL (Indicar 3 AGPS, por ordem de preferência)
- 1^a
- 2^a
- 3^a

3. INFORMAÇÃO

- SATISFAZ AS CONDIÇÕES GERAIS E ESPECIAIS DE INGRESSO
- HL
- DATA DE NASCIMENTO

4. OBSERVAÇÕES

Data

O DECLARANTE

NOTA: AGPSP - Área Geográfica de Prestação de Serviço Preferencial
AGPS - Área Geográfica de Prestação de Serviço
HL - Habilitações Literárias

Anexo C — (MODELO DE DECLARAÇÃO DA AGPSP E DA COLOCAÇÃO INICIAL - MILITARES EM RV/RC) às NNCMRVC**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS**

RM ____

CI ____

De:	Referências:	VISTO
Para:		O CMDT/DIR/CHEFE
P/C:		_____ _____

Assunto: MILITAR RV/RC - COLOCAÇÃO INICIAL**1. IDENTIFICAÇÃO**

POSTO

REGIME (RV/RC)

NIM

NOME

TURNO

ESPECIALIDADE (cód/designação)

CI

2. AGPSP**3. COLOCAÇÃO INICIAL** (Indicar 3 AGPS, por ordem de preferência)1^a2^a3^a**4. OBSERVAÇÕES**

Data

O DECLARANTE

NOTA: AGPSP - Área Geográfica de Prestação de Serviço Preferencial
AGPS - Área Geográfica de Prestação de Serviço

Edição:
DAMP/Ordem do Exército

PÁGINA EM BRANCO